

Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais

Teresa Sá Marques¹

1. Enquadramento²

Nos últimos anos, a dicotomia urbano-rural tem vindo a ser substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial. Neste sentido, é fundamental aprofundarmos o nosso conhecimento em torno dos processos territoriais em curso.

Existem duas perspectivas distintas e em certa medida opostas que influenciaram a conceptualização das relações urbano-rural. Uma perspectiva, segue um ponto de vista anti-urbano, foi construída em face das consequências demográficas, sociais, económicas e ambientais que os processos de urbanização e o êxodo-rural causaram. Uma outra perspectiva, mais pro-urbana, considera os processos de urbanização um sinal de desenvolvimento e olha para as cidades como lugares de inovação, cultura e conhecimento e de crescimento económico e social. Nos últimos anos, têm-se vindo progressivamente a desenvolver as ligações e as inter-relações entre o urbano e o rural e a mudar as orientações de política territorial.

Em Portugal, o processo de industrialização foi tardio e o crescimento urbano recente arrastou novas questões ao ordenamento do território. É nas duas metrópoles, de Lisboa e do Porto que se encontra a maior concentração nacional de actividades de base tecnológica, de indústrias e serviços “intensivos em conhecimento” e de I&D; existe um *stock* de capital humano relativamente expressivo à escala nacional, o que proporciona a estes territórios uma maior e melhor capacidade de desenvolvimento e de utilização do conhecimento com vista à inovação; representam também a maior concentração institucional do país. O desemprego, a insegurança, a poluição ambiental e os custos da habitação tendem também a concentrar-se nestas regiões urbanas.

Simultaneamente, os espaços rurais ficaram associados ao abandono, ao envelhecimento, ao declínio da agricultura, às fracas oportunidades de emprego e a uma oferta escassa de educação e de serviços culturais. Estudos recentes realizados nas áreas rurais mostram os níveis de exclusão que por vezes elas escondem.

Reflectir as interdependências entre o urbano e o rural ainda que não seja uma ideia nova, é hoje em dia uma questão pertinente e complexa. Os relacionamentos fazem-se

¹ Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, teresasa@netcabo.pt

² Este artigo pretende sistematizar e desenvolver um conjunto de reflexões já abordadas em *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.

através de fluxos de pessoas, capital, produtos, informação e tecnologia. Nos últimos anos as relações urbano-rurais têm vindo sucessivamente a emergir no planeamento e no desenvolvimento territorial, procurando incrementar as interdependências espaciais e funcionais entre a cidade e o campo.

Num primeira fase, quando as sociedades eram predominantemente rurais, os campos alimentavam as necessidades de consumo alimentar das áreas urbanas. Eram economias sustentadas na produção agrícola. Depois da revolução industrial, as economias passaram a estar sustentadas nos espaços urbanos e os espaços rurais passaram a depender das economias urbanas. Hoje em dia estamos a entrar numa terceira fase, pois os fluxos entre o urbano e o rural têm vindo progressivamente a aumentar.

Analise-se, então, as dinâmicas nos últimos anos para melhor enquadrarmos as possibilidades de articulação entre os espaços rurais e urbanos.

2. A função residencial dos territórios

Quais são os espaços residenciais da actualidade? Os centros das cidades estão a perder a sua função residencial? O nosso sistema urbano caminha para um policentrismo residencial? A habitação secundária invadiu que territórios?

Portugal atravessou um processo de urbanização tardio comparativamente com o Norte e Centro da Europa. Se analisarmos as dinâmicas populacionais nos últimos cinquenta anos em Portugal, torna-se possível aprofundar e identificar os diferentes ritmos de urbanização em termos territoriais e **verificar se a litoralização residencial se intensificou ou não** nas últimas décadas.

As imagens que procuram sistematizar a evolução populacional nos últimos cinquenta anos são bem esclarecedoras dos processos territoriais em curso (figura 1):

- um extenso território perdeu claramente população residente enquanto outros intensificaram a densidade residencial;
- no litoral, entre o extremo Norte e Setúbal, as densidades residenciais aumentaram;
- duas importantes e extensas áreas mais densas, uma em torno do Porto e outra de Lisboa, retratam os intensos processos de *suburbanização* dos últimos anos;
- a baixa densidade residencial marca quase todo o território interior, com especial destaque para o Alentejo (densidades inferiores a 15 habitantes/Km²). As perdas populacionais estenderam-se por todo o interior, (por vezes chegam ao litoral) só conseguindo escapar alguns centros urbanos;
- evidenciam-se no interior pequenas “ilhas”, umas mais pequenas e outras um pouco mais visíveis, retratando alguma atractividade residencial (sobretudo, Cidades Médias);
- as pequenas “constelações” de maior densidade residencial foram progressivamente desenhadas: o eixo Lamego-Vila Real em direcção a Chaves está em construção; Viseu e o seu entorno mais denso isolou-se; o eixo Castelo Branco-Covilhão separa-se das áreas envolventes em perda; o Algarve-litoral afirmou-se; um grande número de pequenas “ilhas” isolam-se face a um entorno em perda de densidade.

Uma coroa em torno de Lisboa evidencia os intensos processos de *suburbanização* sentidos nos últimos cinquenta anos. É uma mancha urbana emergente, claramente

desenhada, que circunscreve o centro da cidade de Lisboa. São as áreas mais dinâmicas do Continente, com processos de *suburbanização* mais intensos. No centro desta mancha realça-se o centro de Lisboa com ritmos de crescimento negativos, mostrando os intensos processos de *despovoamento* que afectaram a cidade central desde os anos sessenta.

Em torno do Porto evidencia-se de igual forma uma extensa área com ritmos de crescimento populacional elevados, mas inferiores aos registados na coroa de Lisboa. Trata-se de um processo de urbanização mais difuso e estendido, e aparentemente mais fragmentado. Esta área estende-se, mais ou menos, entre Braga e Aveiro, com algumas descontinuidades (algumas freguesias são menos dinâmicas). A cidade central também perde população residente, mas a *desdensificação* afectou uma área relativamente restrita.

Entre as duas metrópoles desenvolve-se um extenso manto, mais ou menos recortado, traduzindo crescimentos populacionais fracos ou perdas pouco significativas. No Algarve evidenciam-se intensos processos de *urbanização linear*, que têm afectado com uma intensidade variável as diferentes áreas ao longo da costa.

Depois fica um extenso território a perder claramente população residente e densidade populacional nos últimos cinquenta anos. O despovoamento exprime-se com diferentes intensidades e uma vasta área do País está a ser abandonada pelos seus residentes³. O que normalmente denominamos como interior regressivo ganha aqui uma força e uma continuidade espacial e temporal (figura 1).

Neste território em despovoamento umas pequenas “luzes” de esperança acendem-se, retratando algumas áreas que resistem e conseguem mesmo aumentar a população residente ou as densidades populacionais. São sobretudo as áreas urbanas das *Cidades Médias*, designadamente Bragança, Vila Real, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Évora, etc. No entanto, nem todas as freguesias urbanas conseguem resistir e algumas perdem residentes.

A litoralização em termos residenciais intensificou-se entre Setúbal e Caminha; o sistema urbano bipolarizou-se em torno da aglomeração de Lisboa e do Porto. O eixo urbano litoral algarvio afirmou-se e um número razoável de cidades médias ou constelações urbanas emergiram face a um vasto território a perder residentes.

Em Portugal na última década os campos foram territórios de êxodo e de envelhecimento. A grande maioria das freguesias “predominantemente rurais”⁴ perdeu população residente. No Continente português, em duas mil freguesias “predominantemente rurais”, só 282 aumentam de população, as outras perdem cerca de 135 mil habitantes. Simultaneamente as “áreas moderadamente urbanas” ganharam quase 41 mil habitantes e as “áreas predominantemente urbanas” ganharam 116 mil habitantes (respectivamente, 40796 e 116233 habitantes).

Nas áreas rurais os alojamentos de uso sazonal (contabilizando também os alojamentos com o ocupante ausente) aumentaram muito nos últimos vinte anos. A segunda habitação vem progressivamente a impor-se, ora na praia ora no campo, implicando importantes alterações de propriedade. Embora o crescimento tenha sido muito alto, os valores atingidos em 2001 são ainda muito moderados quando comparados, por exemplo, com a vizinha Espanha (Montalbán e Maderuelo, 1995). Relativamente aos alojamentos ocupados (excluindo, portanto, os vagos) em Portugal, cerca de 19% são residência secundária (12,5%

³ Fruto do êxodo rural ou da mortalidade dos mais idosos.

⁴ Classificação realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direcção Geral do Ordenamento e do Desenvolvimento Urbano, em 1999.

em 1981) enquanto em Espanha eram 31% (dados de 1991). Devemos, no entanto, alertar para o facto de Espanha, no contexto europeu, ter uma alta percentagem de habitações secundárias e vagas.

A década de noventa foi marcada pela aceleração brutal das aquisições de terrenos nos espaços rurais por não agricultores. Este mercado fundiário foi atraindo cada vez mais cidadãos que procuram no campo um espaço de tranquilidade e de lazer. Algumas destas aquisições também representam negócios no seio do espaço rural (turismo rural, golfe, caça), mas a grande maioria traduz a necessidade de uma residência secundária. Procura-se adquirir um bem, onde o tipo de edifício, a dimensão do lote, a qualidade ambiental envolvente ou o prestígio do local têm papéis preponderantes. Por vezes, é um voltar às raízes familiares, à terra natal, às representações que esses lugares transparecem ou a um espaço vivido noutros tempos. Com a propriedade vêm, por vezes, as actividades atípicas (desporto e lazer) e a agricultura de tempos livres realizada, sobretudo, por residentes de fim-de-semana. Esporadicamente, a satisfação de algum auto-consumo alimentar passa pelas actividades agrícolas desenvolvidas a tempo parcial, representando um complemento aos rendimentos familiares (a vinha, os pomares, por exemplo). Assim, as transferências de propriedade nas áreas rurais são um indicador da *urbanização dos campos*.

Este contexto faz emergir dois grupos de opinião face à proliferação de habitações nas áreas rurais. Um deles representa os interesses da conservação e dos planeadores territoriais e propõe medidas mais restritivas face à proliferação das habitações, baseando-se no conceito da sustentabilidade ambiental. Do outro lado, temos as comunidades rurais e representantes políticos locais, baseia-se na sustentabilidade económica e social destas comunidades e na necessidade de se criarem as condições necessárias para o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações que pretendem residir nas áreas rurais. Sabe-se que o objectivo final de criar um equilíbrio entre sustentabilidade económica, social e ambiental é difícil de planear e concretizar. Se avançarmos para uma abordagem à capacidade de carga do ambiente, deve-se atender à natureza e vulnerabilidade da paisagem, aos serviços essenciais às populações, à dimensão e capacidade dos aquíferos, à extensão e fragilidade dos *habitats* mais relevantes e à dimensão e qualidade das paisagens históricas (Lynche, 2003).

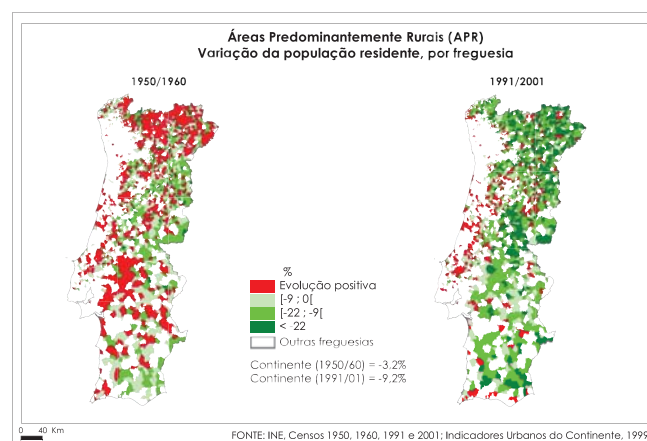
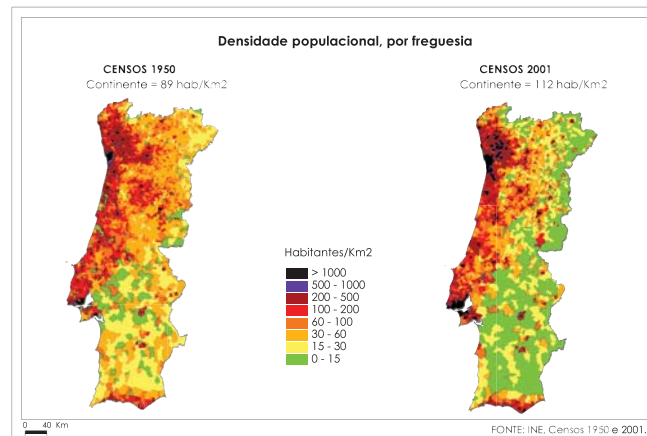
Todos estes itens são fundamentais na definição das políticas, no entanto, enquanto que os critérios e os factores podem ser definidos a nível central, a implementação dos projectos de desenvolvimento passa pelas capacidades de construção dos equilíbrios a nível local. Assim, a sustentabilidade social decorre da capacidade do sistema social local, através das suas estruturas institucionais, de se auto-regulamentar e de aumentar as competências locais. Dito de outra forma, um desenvolvimento social sustentável estabelece padrões de valores e orientações que permitem a inovação e o desenvolvimento das capacidades sociais locais. Neste sentido, conclui-se que a economia e o ambiente não constroem o futuro, se não houver um forte envolvimento e participação das comunidades sociais (Nielsen, 2003), ou seja, o envolvimento das populações nos processos decisórios

3. Funções e sistemas de centralidades

Quais são os relacionamentos entre o rural e o urbano? De que forma as centralidades urbanas são cruciais na melhoria da acessibilidade das populações a um conjunto de bens e serviços que definem a qualidade de vida moderna? De que forma os serviços agro-florestais contribuem para o reforço da especialização das centralidades urbanas em contexto rural?

Os relacionamentos entre o urbano e o rural podem ser abordados segundo diferentes perspectivas, designadamente as seguintes: os movimentos casa-trabalho; os movimentos em direcção à cidade para a satisfação de um conjunto de bens e serviços; os movimentos em

direcção aos espaços rurais para o usufruto das amenidades naturais; as redes de articulação e de intercâmbio entre as empresas localizadas nos espaços rurais e nos espaços urbanos.



A perspectiva que será aqui apresentada parte de uma postura clássica, em que os centros urbanos são locais de oferta e consumo de produtos e serviços. Esta abordagem é incompleta e parcial⁵ e pretende privilegiar neste momento só dois vectores de análise:

- por um lado, a oferta nas áreas urbanas de comércio e serviços essenciais à população residente nas áreas envolventes. Trata-se de questionar os níveis de equipamentos fundamentais à população residente nas áreas urbanas e rurais e avaliar se existe um sistema de centralidades suficientemente equipado (figura 2);
- por outro lado, a oferta de comércio e serviços de apoio ao sector agro-florestal dominante nas áreas rurais. Portugal possui ainda uma percentagem significativa de população agrícola que se dedica a tempo completo ou parcial às actividades agro-florestais. Neste sentido, é importante avaliar o sistema urbano enquanto estruturador de um espaço rural envolvente (figura 2).

Relativamente à oferta de comércio e serviços essenciais, o sistema de centralidades permite avaliar o acesso das populações aos bens e serviços fundamentais (educação, saúde, serviços administrativos, etc.). As cidades médias aparecem como nós fundamentais na

estruturação territorial e como elementos integradores entre o rural e o urbano. Pode-se afirmar que o sistema urbano garante uma rede relativamente equilibrada no que diz respeito aos bens e serviços fundamentais.

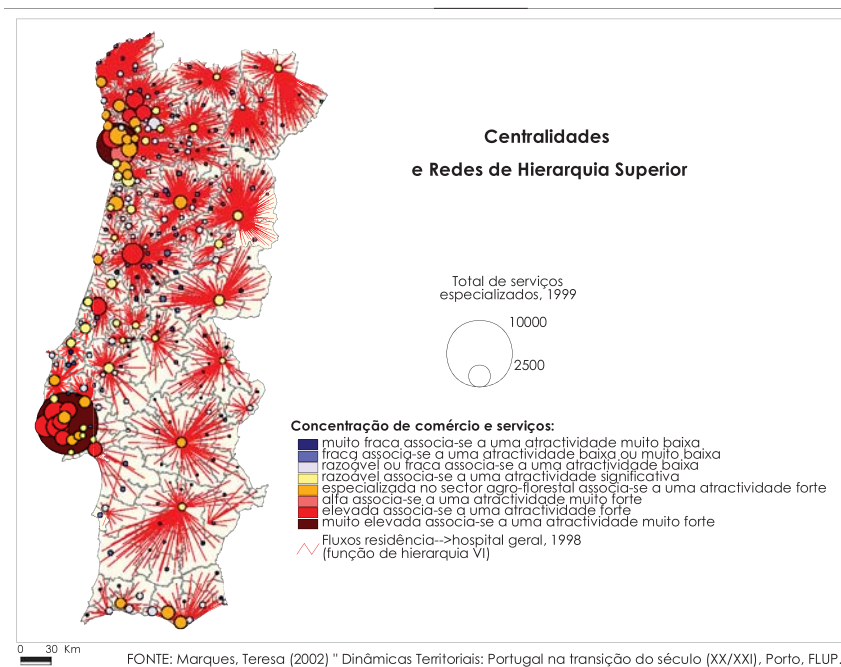
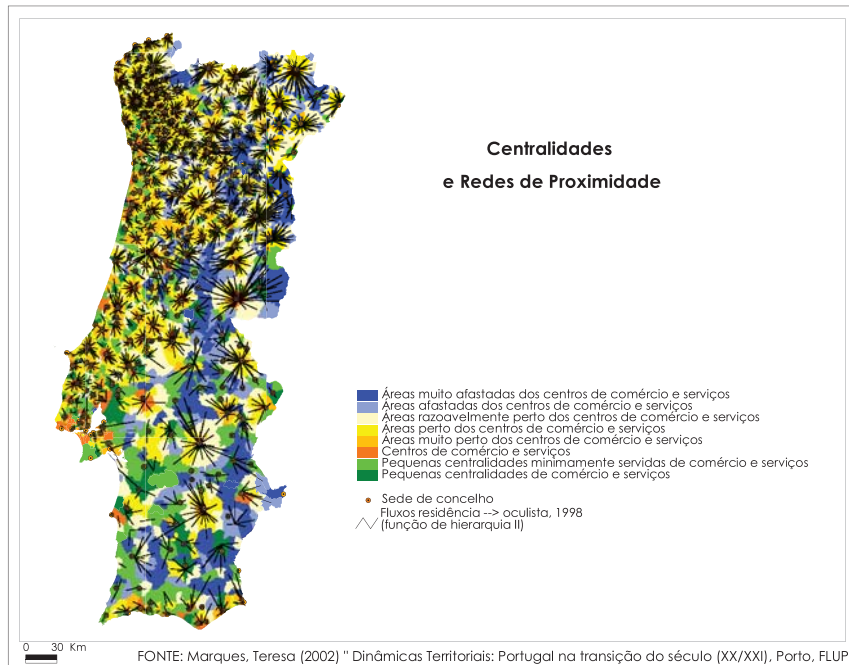
Nas últimas décadas Portugal sentiu um processo de terciarização global, mas que infelizmente não se traduziu numa especialização das cidades. As centralidades urbanas são demasiado semelhantes e dependentes de uma política redistributiva e de uma oferta de emprego terciário predominantemente público. A grande maioria dos concelhos (160) possui uma oferta de comércio e serviços incipiente, onde os serviços públicos são um suporte fundamental destas frágeis estruturas. Neste contexto, as cidades médias mostram alguma evidência ao apresentarem uma estrutura de serviços de maior dimensão e diversidade. Vila Real, Viseu e Évora destacam-se claramente no sistema urbano do interior.

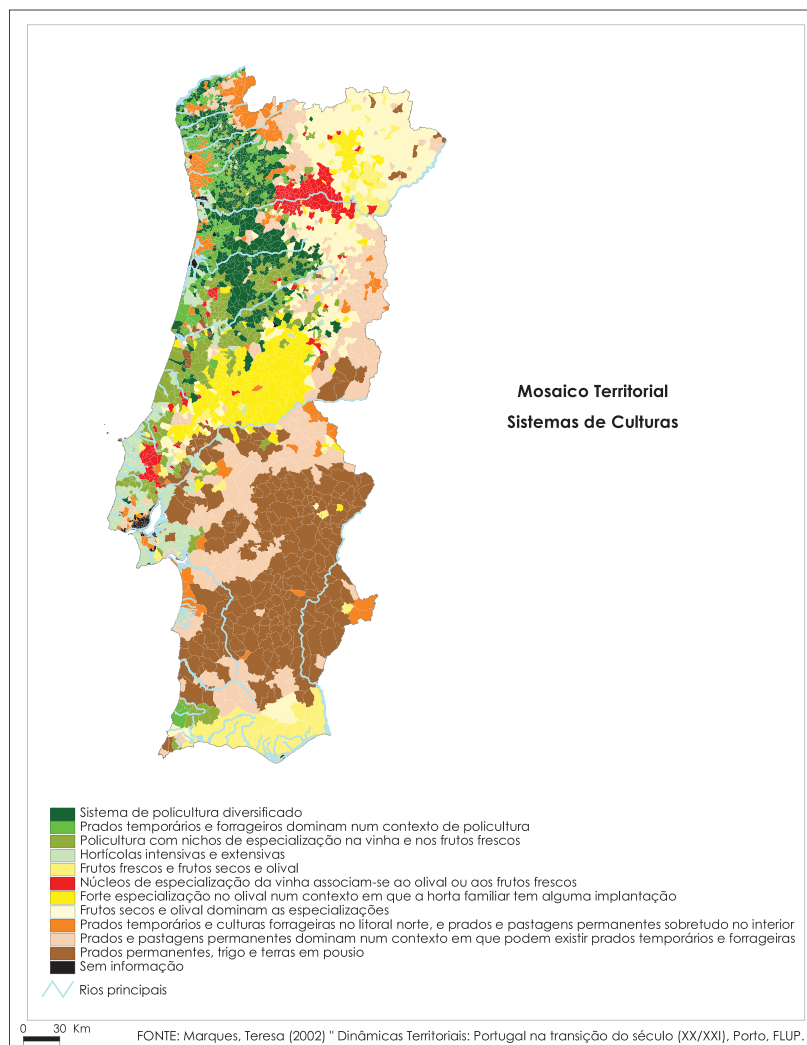
- A estrutura de serviços de apoio ao sector agro-florestal organiza um sistema urbano aparentemente menos homogeneizado. Globalmente o que emerge é um sistema de oferta muito estruturado nas cidades litorais e designadamente nas duas metrópoles. As cidades médias voltam a emergir e a mostrar-se como nós fundamentais na estrutura da oferta. Também a este nível a oferta não parece ser suficientemente especializada. Transparece uma clara necessidade de organizar os serviços de apoio ao sector agro-florestal em termos espaciais. Américo Mendes (2002) sistematiza em termos espaciais essa necessidade definindo uma tipologia de serviços que devem ser prestados a nível municipal, inter-municipal e regional. Além disso, propõe que alguns serviços se desloquem preferencialmente até ao agricultor, contrariando algumas lógicas instaladas (nas quais o agricultor tinha de deslocar-se aos serviços). A estrutura organizacional proposta seria a seguinte:
- devem ser prestados a nível municipal ou intermunicipal os serviços de extensão, protecção da produção animal (serviços veterinários), escoamento de produtos com sistemas organizados de recolha nas explorações (animais vivos, leite, produtos florestais, etc.) e escoamento de produtos com uma concentração localizada fora das explorações (por exemplo, cereais);
- a nível inter-municipal podem ser estruturados os serviços à protecção da produção florestal (designadamente os sapedores florestais para a limpeza de matas);
- devem ser organizados regionalmente (e o serviço pode deslocar-se preferencialmente ao agricultor) a formação profissional e a protecção da produção vegetal (serviços de avisos agrícolas, associações de protecção integrada, brigadas de sapedores florestais para a limpeza de matas). A rede de vigilância e detecção de incêndios deve irradiar de serviços também organizados regionalmente.

4. A função produtiva

Quais são os territórios abandonados pelas actividades agro-florestais? Que mudanças se sentiram nos sistemas de cultura nos últimos anos? O que é que insiste em persistir e a marcar os territórios? A diversidade das paisagens e o mosaico rural mantém-se?

Em termos produtivos, nos espaços rurais a agricultura continua a ter um importante papel mas perdeu a sua importância em termos de emprego e de produto interno bruto. A estrutura de actividades reflecte a terciarização das actividades, com os serviços de





natureza social em expansão e as actividades industriais a ultrapassarem o sector primário. As evoluções sentidas nas últimas décadas reflectem os movimentos demográficos, os processos de localização ou re-localização industrial, os condicionalismos naturais e os processos de urbanização em curso. Por outro lado, a valorização dos recursos e dos produtos, designadamente ao nível dos alojamentos turísticos e dos serviços de apoio, têm nos últimos anos também desencadeado iniciativas empresariais com diferentes expressões territoriais.

Mesmo tendo ocorrido uma forte regressão das actividades do sector primário, um vasto território nacional exprime uma forte ocupação agro-florestal. Cerca de 55% do território do Continente português está integrado em explorações agrícolas. Globalmente, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) diminuiu pouco nos últimos dez anos, enquanto a população agrícola perdeu 676 mil indivíduos (passou de 1799736 para 1123418 pessoas). O número de explorações reduziu 31% (passou de 550879 para 382163 explorações) e a área média das explorações aumentou (passou de 9,4 para 13,2 ha por exploração).

Variação do número de explorações e dimensão média das explorações

	Variação do nº de explorações (%)	Dimensão média das explorações (ha/expl.)	
		1989	1999
	1989/1999	1989	1999
CONTINENTE	-30,6	9,4	13,2
RA - Entre Douro e Minho	-39,4	4,2	5,5
RA - Trás-os-Montes	-13,1	8,0	9,1
RA - Beira Litoral	-36,3	3,4	4,0
RA - Beira Interior	-20,0	10,8	12,8
RA - Ribatejo e Oeste	-37,3	6,7	11,5
RA - Alentejo	-26,2	41,7	60,1
RA - Algarve	-27,4	10,5	12,0

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura*, 1989 e 1999

É sobretudo o Entre-o-Douro e Minho, a Beira Litoral e o Algarve que perdem mais população agrícola e SAU, fruto dos intensos processos de urbanização que afectaram estas áreas. Estas áreas perdem cerca de 25% da superfície agrícola utilizada. Lisboa e Vale do Tejo mantém a SAU dentro dos mesmos parâmetros, o que traduz a afirmação de uma agricultura competitiva (para o mercado de Lisboa e para exportação), de um processo de urbanização mais intensivo e menos estendido e de um aumento absoluto considerável da área de ocupação das matas e florestas (sem culturas sob-coberto). No Alentejo e em Trás-os-Montes e Alto Douro a área das explorações agro-florestais é dominante e as tendências reafirmam este perfil de ocupação. Na região do Alentejo a superfície agrícola total aumenta e a SAU e as matas e florestas também; em Trás-os-Montes e Alto Douro a SAU diminuiu mas a superfície total agrícola quase não se alterou.

Mesmo assim, há um certo imobilismo da estrutura da propriedade rústica e dos ambientes geográficos muito diferenciados (clima, solos, relevo). A dimensão das explorações e a propriedade permanecem muito fragmentadas no Noroeste e a grande exploração continua a marcar o território Alentejano. Os sistemas de culturas mantêm algumas características, pois o clima, a qualidade dos solos e o relevo impõem um conjunto de características biofísicas fundamentais para a produção agro-florestal. No entanto, nos últimos dez anos, os impactos da Política Agrícola Comum sentiram-se nos usos do solo das explorações agrícolas: os prados e pastagens e as matas e florestas aumentaram de extensão; houve um reforço de especialização em determinados produtos, designadamente os apoiados pela Política Agrícola Comum - Fundo Garantia (cereais, leite e carne) ou outros produtos em que Portugal apresenta uma mais valia (por exemplo, os vinhos, o azeite, alguns produtos da floresta – cortiça, etc.).

No final, em termos de sistemas de culturas e de estruturas agrárias, o Continente português continua a apresentar um mosaico territorial muito diversificado e rico, mas os processos, por um lado, de urbanização e, por outro, de abandono poderão no futuro comprometer a riqueza e a diversidade das paisagens. Nas áreas de intensos processos de urbanização a SAU tem vindo progressivamente a regredir enquanto que a mancha construída avança; nas áreas em regressão demográfica a população com actividades agrícolas tem diminuído e o abandono das terras agrícolas poderá no futuro alterar as paisagens e comprometer a sustentabilidade e os projectos de desenvolvimento local.

Mesmo assim, as grandes clivagens mantêm-se no final do século XX (1999), o Norte atlântico de pequena propriedade e um sistema de culturas adaptado à humidade e a verões mais amenos contrapõem-se ao interior e ao Sul, com explorações de maior dimensão e um leque de culturas mais adaptado à aridez e à menor qualidade dos solos.

Na figura 4 podemos esquematizar o *Portugal Mediterrâneo e Atlântico* do nosso imaginário. Por um lado, temos as pequenas explorações em terras irrigadas, com prados e culturas forrageiras, as matas e florestas, a horta familiar, o milho, a batata e a vinha. Por outro, são as grandes explorações dos prados e pastagens permanentes e as terras em pousio. Nestas últimas áreas podem também aparecer zonas de frutos secos e vinha. A Política Agrícola Comum (PAC) alterou alguns sistemas de cultura, determinou níveis de especialização superiores, acelerou certos processos de reconversão de algumas terras agrícolas, fez as matas e florestas e os prados e pastagens estenderem-se, mas a essência e a diversidade do mosaico agro-florestal parece continuar a resistir.



Concluindo, o mosaico rural exprime-se com uma forte diversidade e uma expressiva mudança: no Noroeste evidenciam-se os prados e pastagens temporárias e os sistemas de policultura, com um reforço do milho e da especialização na bovinicultura leiteira (sistemas de apoio no âmbito da PAC) e uma redução na especialização vitivinícola (diminuição da área mas melhoria da qualidade); Trás-os-Montes associa-se ao Algarve num mosaico mais adaptado às características mediterrâneas dos seus climas; em Trás-os-Montes sobe a especialização no azeite e diminuem um pouco as frutas; no Algarve, com uma agricultura intensiva, aumenta a horticultura e desce a fruticultura; o Douro mostra as suas paisagens vinhateiras; a Beira Interior perde nas frutas, nas hortícolas, nos ovinos e caprinos e sobe no leite (ajudas da PAC); o Alentejo realça uma morfologia agrária de grande extensão e continuidade, com um aumento da especialização nos cereais e na pecuária extensiva; o Pinhal Interior estende-se para norte, reforçando a importância das matas e florestas num contexto de pequenas explorações e fraco povoamento; os sistemas agrícolas em torno de Lisboa representam-se através da especialização das produções hortícolas e dos vinhos; a floresta recuou em todo o país nos últimos anos fruto dos intensos incêndios.

5. Campos urbanos ou urbanidade rural

Quais são as novas funções dos espaços rurais? Quais são as novas percepções territoriais? Que novas urbanidades estão a emergir? Que identidades territoriais estão a construir-se?

Com os novos meios de transporte, é possível residir no campo e ir trabalhar para a cidade. Nesta transformação da forma de residir encontramos um imaginário urbano em torno da natureza que está entre dois protótipos: um mais ligado aos espaços-natureza, das matas e florestas, e outro mais agrícola e pastoral. Este movimento tem vindo a reforçar-se na última década, criando uma *urbanidade rural*. É verdade que a cultura rural se tornou sucessivamente menos agrária, pois tenta cada vez mais responder a uma procura de identidade territorial das sociedades urbanas. Está a criar-se uma ruralidade não agrária mas urbana, que anseia por um quadro de vida perto da natureza, fugindo ao *stress* e à poluição urbana.

Isto significa que há uma procura social urbana por uma residência num quadro de vida mais agradável, acessível, aonde a natureza esteja presente nas suas diferentes formas (florestal, agrícola ou ajardinada). Estes ideais têm uma tradução territorial que não é a cidade nem o campo:

- são as periferias urbanas menos densas ou menos urbanizadas que avançam sobre os espaços agro-florestais envolventes. Esta *cidade emergente suburbana* já existe, mas não tem sido suficientemente concebida e desenhada para criar um *modelo urbano*, que projecte com qualidade uma resposta a esta necessidade de espaço e de natureza. Em termos de políticas urbanas é fundamental incorporar este quadro de vida, esta *ruralidade periférica*. No século XXI a cidade tem de ser pensada numa escala mais alargada, com conceitos diferentes da cidade dos séculos XIX e XX. O modelo que estamos, ou vamos, construir (com parques agro-florestais, parques de lazer ao ar livre,...) irá procurar conceber uma ruralidade agro-florestal nas áreas urbanas. De uma sociedade que contrapunha a cidade e o campo, estamos a passar para um outro modelo que associa as duas noções na construção dos tecidos urbanos;
- por outro lado, estão a ser construídas novas práticas sociais nos espaços rurais a partir de uma classe de profissionais liberais ou intelectuais da classe média e média-alta que investem na propriedade rústica (médicos, advogados, gestores, artistas, etc.): as quintas do Noroeste, os montes no Alentejo, a pequena ou média exploração familiar de vinha ou com um pequeno pomar... Na maioria das vezes estas práticas representam uma função lúdica e a satisfação de um prazer. Este usufruto do meio rural absorve tempo e dinheiro, e procura preservar as raízes de um imaginário campestre ou recriar um *novo campo*. No mesmo sentido, existe uma grande massa de população que saiu há quarenta anos dos espaços rurais em direcção às grandes cidades e que entretanto já voltou ou que volta regularmente. Em geral, estas populações mantiveram a posse da terra, os laços familiares e, sobretudo, as raízes. E agora voltam nas férias, nos fins-de-semana, nas festas religiosas, e constroem novas vivências. Arrastam a urbanidade para o campo, como já referimos. Por fim, as práticas de desportos da natureza ou desportos radicais têm vindo também a promover o usufruto da natureza. Trata-se, novamente, de um quadro de vida que passa por vivências em espaços preferencialmente naturais.

Podemos dizer que há uma espécie de binómio urbano-natureza, ainda insuficientemente trabalhado, que coloca um grande número de questões aos futuros relacionamentos urbano-rurais e a partir daí às políticas de ordenamento do território.

Segundo Redclift (2000), na actualidade há um processo de transferência e revalorização dos espaços naturais – a natureza torna-se “socializada”. Neste sentido, é fundamental em termos de planeamento olharmos para estes territórios como espaços naturais cada vez mais procurados. Segundo uma investigação elaborado em Portugal sobre as representações territoriais (Marques, T., 2002)⁶, ao “campo” ou aos “espaços rurais” vêm associados o *ar puro*, o sossego, a tranquilidade, a liberdade, a natureza, a paz, o verde e a agricultura. O colorido das paisagens e as práticas sociais que elas incorporam têm uma força simbólica e uma capacidade identitária que não devem ser, de forma alguma, subestimadas no planeamento e desenvolvimento territorial. Embora, não sendo objecto deste artigo a avaliação da qualidade ambiental dos territórios, um potencial transparece nas descrições dos entrevistados: o “campo” integra uma força, um potencial simbólico e uma noção de bem-estar que estão insuficientemente explorados para a promoção da qualidade de vida dos seus residentes e dos que o procuram. Para os portugueses, no domínio das representações territoriais, estes espaços estão associados à qualidade ambiental (*ar puro e saúde*), à tranquilidade e sossego (*paz, calma, descanso*), à natureza e agricultura (*animais, árvores, espaços, flores*) e à liberdade e segurança.

No outro extremo encontramos as áreas densamente urbanas, com fortes intensidades de uso do solo e com valores de poluição significativos. Lisboa, Sintra, Loures, Amadora, Cascais, Oeiras, Almada, Seixal e Barreiro, à volta de Lisboa, e Porto, Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Espinho, à volta do Porto, fazem parte desse conjunto. É nestes concelhos que as densidades de ocupação do solo são mais intensivas e os espaços naturais mais escassos. À volta do Porto emerge o urbano difuso de densidade média, mas com dinâmicas construtivas relativamente significativas. A probabilidade de existirem conflitualidades nos usos do solo nos territórios do difuso determinou que tivessem sido ensaiados processos inovadores, e também discutíveis, de regulamentação urbanística⁷ a nível do planeamento municipal. Deve-se realçar que compete ao planeamento urbano gerir os desequilíbrios ambientais e cuidar da *saúde ambiental* dos seus habitantes. Segundo Marques (2002), os portugueses associam a “cidade”, ou o “urbano”, a *poluição, barulho, stress, confusão, trânsito, trabalho, movimento, comércio, insegurança, divertimento*, etc.. A cidade histórica, densa, compacta, monumental e central, aparentemente perdeu parte do seu carácter simbólico em face da profusão dos problemas ambientais (*poluição, barulho/ruído, stress, confusão*) e da invasão e transformação da cidade pelo automóvel (*trânsito, movimento, carros*). Das vivências analisadas ficaram sobretudo os problemas ambientais e de segurança, e os ritmos (*movimento, agitação*) que marcam os quotidianos urbanos⁸.

5. Reflexões entre o urbano e o rural

A União Europeia (EU) demorou a adoptar uma abordagem integrada entre o urbano e o rural e só recentemente lançou no debate as questões das complementaridades, articulações e relacionamentos. Em 1994, a Comissão publicou a Europa 2000+, que já reconhece os relacionamentos entre o urbano e o rural. Aqui é debatido o papel das pequenas e médias cidades e a sua importância no fornecimento de serviços às áreas envolventes, especialmente as rurais (Comissão Europeia, 1994). Em 1999, com o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (Comissão Europeia, 1999) começa-se a questionar a segmentação das políticas e o perigo de não atendermos à heterogeneidade das ligações entre o urbano e o rural, que variam de regiões para regiões e de país para país. Assim, há a necessidade de avaliar os relacionamentos e interdependências e definir estratégias espaciais atendendo à diversidade de condições, características e culturas espaciais. Os “parceriados urbano-rurais” aparecem como os elementos de agregação e uma forma de contrariar lógicas de concorrência.

Entretanto surgiram outros contributos: desde meados dos anos noventa o INTERREG reconhece a importância da cooperação urbano-rural e inter-urbana na prestação de um nível razoável de serviços e para a resolução de problemas comuns; a Agenda 2000 da Política Agrícola Comum (PAC) em 1999 aparece com uma nova regulação para o desenvolvimento rural e o ordenamento ambiental.

Actualmente os trabalhos do *ESPON 2006 (European Spatial Planning Observation Network⁹) especialmente o Programme Urban-rural relations in Europe*, procuram aprofundar esta matéria. As cidades deixaram de ser vistas isoladamente e passaram a estar integradas nos seus contextos regionais e a importância dos relacionamentos urbano-rural ganharam relevância – relacionamentos casa-trabalho; relacionamentos comerciais e de serviços; relacionamentos entre as áreas metropolitanas e os centros urbanos das áreas rurais ou intermédias; relacionamentos entre as empresas rurais e urbanas; as áreas rurais enquanto fornecedoras de recursos naturais para as áreas urbanas; etc. Nesta pesquisa procura-se tipificar a diversidade rural europeia, atendendo às suas diferentes características e aos relacionamentos funcionais.

Em Portugal, a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano editou em 1997 um estudo sobre as Cidades Médias (Marques, 1997). A abordagem privilegia o Sistema Urbano e o seu enquadramento regional e define um modelo prospectivo de desenvolvimento territorial. O PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional - criou entretanto imensas expectativas, às cidades médias e aos pequenos centros, que ficaram goradas face à debilidade financeira do programa.

A publicação de 2002 da DGOTDU sobre os centros da rede complementar veio trazer novos contributos para o debate (Marques, 2002). O turismo, os serviços à agricultura, a oferta comercial, as dinâmicas culturais e institucionais foram aqui abordados a partir de uma perspectiva que parte do rural ou que procura no urbano um espaço de relacionamento e de complementaridade fundamental para a própria sobrevivência e desenvolvimento dos espaços rurais. Neste estudo são apresentados três cenários relativamente ao potencial de relacionamento entre os espaços rurais e urbanos:

- *o cenário de preservação* do mundo rural das influências do mundo urbano, onde os princípios da preservação da natureza e dos valores rurais estão no centro das políticas de desenvolvimento. Trata-se de um cenário que exigiria um retroceder da história, porque os últimos trinta anos em matéria de extensão urbana e alteração dos sistemas de cultura agro-florestais (influência da Política Agrícola Comum) alteraram as paisagens portuguesas;
- *o cenário de equilíbrio* entre o urbano e o rural, segundo o qual os princípios da repartição fundamenta-se na procura de um equilíbrio entre as áreas urbanas sobrepovoadas e as áreas rurais despovoadas. São as lógicas que dominaram nos anos sessenta e setenta;
- *o cenário de complementaridade e articulação* entre o urbano e o rural, que assenta em estratégias e sinergias que reforcem os laços de uso e de identidade entre os dois espaços. Nos últimos anos os urbanos sentiram a necessidade de usufruir o campo, que muitos tinham abandonado, e os rurais são cada vez mais urbanos nas necessidades, aspirações e práticas de vida. Este é o cenário desejável.

Em Portugal, o trabalho de perspectiva em torno do relacionamento entre o urbano e o rural deve ser aprofundado, sobretudo a partir deste último cenário.

Bibliografia:

- ASCHER, François (1998), *La République Contre la Ville. Essai sur l'Avenir de la France Urbaine*, s.l., Éditions de l'Aube.
- ASCHER, François (1995), *Métapolis ou l'Avenir des Villes*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- BEAUCHARD, Jacques (1999), *La Bataille du Territoire. Mutation Spatiale et Aménagement du Territoire*, Paris, L'Harmattan.
- BEAUCHARD, Jacques (Dir.) (1996), *La Ville-Pays. Vers une Alternative à la Métropolisation*, s.l., Éditions de l'Aube / IAAT.
- BRUNET, Roger (2000), "Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes en Europe", BELLET, C.; LLOP, J. M. (Ed.) *Ciudades intermedias, Urbanización y sostenibilidad*, Lleida, Editorial Milenio, pp. 109-124.
- CAVACO, Carminda (Coord.) (1999), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (1999), *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*, Luxemburgo, Comissão Europeia.
- COMISSÃO EUROPEIA (1994), *Europa 2000+. Coopération pour l'aménagement du territoire européen*, Luxemburgo, CE-Politiques Regionales de la Communauté Européenne.
- CIADT (2003), *Quelle France rurale pour 2020? Contribution à une nouvelle politique de développement rural durable*, DATAR, Paris.
- DAVOUDI, S. e STEAD, D. (2003), "From Urban-Rural Dichotomy to Urban-Rural Relationship", in *Third Joint Congress ACSP-AESOP*, Leuven.
- FERRÃO, João (2002), "Portugal, três Geografias em Recombinação – Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais", *Lusotopie*, 2002/2, pp.151-158.
- FERRÃO, João (2000), "Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº33, pp. 45-54.
- GASPAR, Jorge (2000), "Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal", in BELLET, C, LLOP, J. (ed) *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.
- HERVIEU, Bertrand e VIARD, Jean (2000), *L'Archipel Paysan. La Fin de la République Agricole*, s.l., Éditions de l'Aube.
- INE/DGOTDU (1999), *Indicadores Urbanos do Continente*, Série Estudos, nº 80.
- JOLLIVET, Marcel (1997), *Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens*, Paris, L'Harmattan.
- KAYSER, Bernard (Dir.) (1996a), *Ils Ont Choisi la Campagne*, s.l., Éditions de l'Aube.
- KAYSER, Bernard (Dir.) (1996b), *Naissance de Nouvelles Campagnes*, s.l., Éditions de l'Aube.
- LYNCHE, Cirian (2003), "Capacity and community. The Balance between the social and the environmental in a specific cultural context", in PERSSON, Lars; AHLANDER, Ann-Mari; WESTLUND, Hans (ed.) *Local Responses to Global Changes: economic and social development in Northern Europe's countryside*, Estocolmo, National Institute for Working Life.
- MARQUES, Teresa (2004), *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*, Porto, Afrontamento.
- MARQUES, Teresa Sá (coord.) (2002), *Sistema Urbano Nacional - Rede Complementar*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), estudo inserido no projecto "Sistema Urbano del Sudoeste Europeo", Ministerio

de Medio Ambiente.

MARQUES, Teresa Sá (coord.) (1997), *Estudo do Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias*, (Quatenaire Portugal), Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, (Quatenaire Portugal).

MARQUES, Helder e MENDES, Américo M. S. C. (2002), “Sector Agro-Florestal: um desafio para o Desenvolvimento Rural” in *Sistema Urbano Nacional - Rede Complementar*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), estudo inserido no projecto “Sistema Urbano del Sudoeste Europeo”, Ministerio de Medio Ambiente.

MENDES, Américo M. S. C. (1999), “Evolução do Sector Agro-florestal do Norte de Portugal nas décadas de 60 a 90”, SANTOS, Luís Delfim e BESSA, Daniel (Org.), *Região Norte de Portugal. Actualizar e Aprofundar o Conhecimento*, Porto, Afrontamento, pp. 149-164.

MONTALBÁN, M. José; MADERUELO, Óscar López (1995), “Jóvenes y Vivienda: Conceptos, Estrategias y Políticas”, in ALCALÁ, L. C. (comp.) *Pensar la Vivienda*, Madrid, Talasa, pp. 143-167.

NIELSEN, Jens Kaalhaug (2003), “Sustainable societal development in the knowledge based economy – with special reference to regional analysis”, in PERSSON, Lars; AHLANDER, Ann-Mari; WESTLUND, Hans (ed.) *Local Responses to Global Changes: economic and social development in Northern Europe's countryside*, Estocolmo, National Institute for Working Life.

REDCLIFT, Michael (Ed.) (2000), *Sustainability. Life Chances and Livelihoods*, Londres, Routledge.

SALLARD, Odile (1998), “Making Rural Assets a Comparative Advantage. For a New Rural-Urban Partnership”, *Trans-national Seminar Salamanca*, Outubro.

SANTOS, José Manuel Lima (2002), “PAC e Desenvolvimento Rural: Como Atender à Diversidade dos Espaços Rurais?”, comunicação apresentada no Seminário *Estatísticas Regionais, Informação Estatística e Coesão Territorial*, Porto (7-8 de Novembro).

SANTOS, José Manuel Lima (2002), “Tipologia de territórios rurais”, comunicação apresentada no Seminário *IX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD)*, Lisboa (20-23 de Fevereiro).